

PARA ALÉM DA COTA DA BRANQUITUDE:

Racismo e sexismo como disciplina despótica da economia fabril do Rio de Janeiro (1945-60)

BEYOND THE WHITENESS QUOTA:

Racism and Sexism as a Despotic Discipline in the Factory Economy of Rio de Janeiro (1945-60)

Artur Silva Lins^{a, @}

^a Mestre e doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Estuda a relação entre movimentos sociais e imprensa, além dos significados e motivações das ações coletivas de greves, considerando a história econômica (de empresas) e das relações raciais, etárias e de gênero.
 @Contato principal: artursilins@gmail.com

Resumo

O mito da democracia racial se esforça constantemente para ocultar na nossa memória as tensões e as hierarquias raciais. No caso deste artigo, debato como isso afeta a historiografia, sobretudo as da economia e dos mundos do trabalho. Portanto, numa crítica à ausência da experiência negra nas preocupações dos acadêmicos, proponho neste ensaio pensar caminhos teórico-metodológicos para refletirmos sobre o racismo como organizador de oportunidades e desumanizações na disciplina do trabalho fabril no Rio de Janeiro. No entanto, também interpreto atitudes tomadas pela experiência negra como conscientes de percepção e luta contra as imposições da branquitude.

Palavras-chave

Industrialização | Trabalho | Racismo | Movimento Operário | Imprensa

Códigos JEL

D24 | J15 | N36 | N66

Abstract

The myth of racial democracy constantly tries to hide from our memory tensions and hierarchies based on race privilege. In this article, I debate how this affects historiography, especially in the areas of economic and labor history. Denouncing the lack of concern among scholars for the black experience, in this essay I propose to consider theoretical and methodological ways to reflect on racism as an organizer of opportunities and dehumanization in the discipline at industrial corporations in Rio de Janeiro. I also interpret attitudes taken by blacks as consciousness of the struggle against the impositions of whiteness.

Keywords

Industrialization | Labor | Racism | Worker's Movement | Press

JEL Codes

D24 | J15 | N36 | N66

1. Depois de 300 anos de escravidão, a fábrica não pode ter “regime de senzala”? O problema da academia com o estudo das relações raciais

Em um dos raros textos que há na imprensa sobre atitudes nomeadamente racistas, percebe-se quanto o desprezo pela saúde operária na disciplina rígida de trabalho nas indústrias do Rio durante a primeira metade do século XX foi perpassada por profundas tensões raciais. Em março de 1947, numa matéria da *Tribuna Popular* sobre a campanha salarial que se iniciava no Moinho Inglês, um dos principais distribuidores de farinha de trigo e massas na cidade e de propriedade de capitais britânicos, coletou-se informações com

algumas operárias que, para além do problema dos salários e da insegurança alimentar, estavam revoltadas com o racismo costumeiro da mestra “Dona Judith” e de suas auxiliares. Ao jornal, essas moças disseram que Judith nutria um genuíno menosprezo às operárias ao impô-las a intensa produtividade exigida, costumando desqualificá-las simplesmente por serem negras e, mais ainda, por serem moradoras das favelas da zona portuária em torno do moinho, no centro do Rio:

D. Judith é uma carrasca, inimiga das moças e senhoras que aqui trabalham. Por qualquer motivo nos chama de sem-vergonhas, desordeiras, negrinhas do morro, magoando assim a classe pobre que só pode morar nas favelas, mas que têm amor próprio. Quando lhe dissemos que vamos nos queixar no Sindicato, ela responde que pouco se importa, por que também é sindicalizada. A direção do Moinho devia afastar essas mestras ou exigir delas um tratamento mais humano para as operárias (*Tribuna Popular*, 1947, p. 5).

Por sua vez, em fevereiro de 1951, em outra reportagem sobre campanha salarial, mas entre metalúrgicos da General Electric, temos o registro de uma fonte nomeando abertamente o racismo como cerne das humilhações e das condições precárias de trabalho na multinacional estadunidense de materiais elétricos. De acordo com dois operários, somente brancos e estrangeiros ocupavam cargos de chefia e direção, sendo vedado aos brasileiros, sobretudo aos negros, qualquer forma de mobilidade social dentro da fábrica. Conforme as mesmas denúncias expõem, tais estrangeiros também eram os principais artífices de humilhações e negligências sucessivas à lei de proteção ao trabalho, como ocorria, em especial, nas seções de trifilagem e de ácidos para produção de fios de cobre. Ali, desconfiava-se que muitos colegas estariam com problemas nos rins, pois estariam com a urina esverdeada em função da inalação de pó de azinhavre. Aliás, grande parte dos brancos que se encontrava na chefia e tratava os metalúrgicos dessa maneira eram europeus que, segundo a multinacional, seriam “refugiados de guerra”, sendo que o PCB desconfiava de terem sido colaboradores do regime nazista:

O racismo e a proteção aos elementos estrangeiros também são outras maneiras de espezinhar e humilhar o operariado brasileiro. Somente os norte-americanos são nomeados para os cargos de chefia e fiscalização. Muitos deles sem nenhum conhecimento do trabalho. Adquirem prática com os operários nacionais e ganham ordenados polpudos, além das gratificações trimestrais. Não faz muito tempo chegaram para trabalhar na fábrica mais de uma dezena de estrangeiros vindos da Europa, aos quais a gerência declarou ser “refugiados de guerra”. (...) Não é somente ao trabalhador nacional que os “gringos” da G.E. odeiam. Um ferramenteiro norte-americano, somente por ser preto sofria as mesmas humilhações que os brasileiros. Ótimo profissional, conforme disseram os metalúrgicos, recebia 6 cruzeiros por hora. Impossibilitado de viver aqui e sustentar sua família nos EE. UU. viu-se obrigado a regressar para sua terra, pois os seus pedidos de aumento eram sempre negados pela empresa (*Imprensa Popular*, 1951, p. 3).

Esses relatos foram vistos durante análises de campanhas salariais. Tais situações de mobilização anti-patronal são ótimas fontes de denúncias trabalhistas que, por sua vez, nos dão uma ideia do quadro das estruturas econômicas por um viés sociológico. Posto isso, percebe-se, pelos relatos citados, o autoritarismo fabril sendo empreendido através de múltiplos métodos de violência racial para, simultaneamente, aumentar os lucros, descumprir a CLT e controlar a organização da classe operária. Entre as jovens do Moinho Inglês pode-se interpretar que eram plenamente conscientes do racismo que sofriam tanto na intensificação do empacotamento das massas quanto na reação patronal às suas reclamações. Como se vê na fala das operárias, eram desqualificadas com atribuições racistas de “sem-vergonha” por serem “negrinhas do morro”, o que, em alguma medida, impactou na autoestima dessas jovens negras na hora de reivindicar seus direitos, senão não teriam denunciado essa situação ao jornal. No caso da General Electric, percebe-se pelo destaque dado aos privilégios raciais o quanto os negros empregados na multinacional entendiam muito bem que

era a partir disso que não só se operava as vantagens materiais para os brancos, como, fundamentalmente, também explicava as suas próprias condições degradantes de trabalho.

No entanto, ao contrário de temas recorrentemente publicizados pelas próprias fontes (como os papéis de gênero, as relações de parentesco e a divisão social do trabalho), a inserção da raça e do racismo são problemas pouco falados e registrados. Apenas esses casos ocorridos na General Electric e no Moinho Inglês, até o momento da entrega desse texto, foram registrados na pesquisa como situações de racismo patronal abertamente denunciado. Em função dessa debilidade própria do tempo histórico, característico de uma hegemonia do mito da democracia racial muito mais dominante do que nos tempos atuais, a presente pesquisa se viu afetada com a ausência de dilemas e motivações da população negra durante processos de luta contra as estruturas econômicas de dominação fabril (no caso específico, greves). Portanto, esses casos, a meu ver, precisam ser destrinchados em outras experiências fabris, tendo em vista o objetivo principal em contribuir para a produção de uma memória que possa armar negras e negros para a proposição de novas alternativas de organização das relações raciais, especialmente nos mundos do trabalho. Assim, a questão que se coloca é: a historiografia, e em especial a história econômica, pensou ou está refletindo sobre suportes teórico-metodológicos que nos auxiliem a investigar o racismo estrutural quando ele teima em ser encoberto?

Em relação à História Econômica, desde os anos 1980, sobretudo a partir da influência das abordagens culturalistas da história social inglesa, uma visão estruturalista dos desenvolvimentos econômicos foi alvo de profundas críticas. Assim, o campo passa a investir em abordagens de viés sociológico, buscando, dessa maneira, explicações das estruturas econômicas para além da análise técnico-produtiva (Filho, 1989, 170-171). Porém, teima-se ainda em não se discutir de forma ampla e aprofundada o tema do racismo nas abordagens de viés sociológico da história econômica, pelo menos no que diz respeito às referências desse campo de pesquisa. Em realidade, o que ainda predomina são estudos em relação à gênese dos diversos processos de industrialização do país e à composição social do capital (Lobo, 1997). Porém, em relação não só à experiência negra, mas como a da força de trabalho em geral, a história econômica ainda deixa a desejar. É interessante que esteja se pensando nas múltiplas escolhas feitas pelo empresariado para acumular capital (em especial a abordagem sobre as relações de parentesco e de sociabilidade entre as elites empresariais), porém me incomoda como os trabalhadores ainda não aparecem como um dos fatores de interferência nos modos de produção. Entretanto, isso se encontra com mais recorrência entre a história social do trabalho.

Ao ter em *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade dos chaminés*, de José Sérgio Leite Lopes, referência metodológica central para a história das relações de trabalho, se fortaleceu entre novas gerações de historiadores e em estudos de referência da história social um tipo de abordagem que realça etnografias dos modos de produção, em que nos locais de trabalho – sobretudo na indústria – o acúmulo de capitais está longe de ser compreendido apenas pela abordagem técnico-produtiva (Lopes, 1988, 35-38)¹. Dessa maneira, um conjunto de estudos, inicialmente focado na cultura sindical e fabril, trouxe à luz as limitações da cidadania na história do país assim como a criatividade dos trabalhadores nas formas de atuação para superar o que muitos chamam de “despotismo patronal”. A lista das práticas açabarcadas nesse rótulo são diversas, apresentando um quadro do gerenciamento empresarial marcado, sobretudo: pela perseguição e espionagem à existência de grupos organizados, especialmente sindicatos; pela intolerância a qualquer forma de atraso ou descanso durante a jornada de trabalho; pelas distintas formas de ritmo de trabalho exaustivo; pela insalubridade e a negligência generalizada com a saúde e a segurança dos operários; e até mesmo pelo desmanche de maneiras informais de associação, como as rodinhas de conversa no interior ou nos arredores das fábricas. Assim, e aliado à crescente profissionalização da espionagem policial, o despotismo fabril do século XX é lido como uma estrutura de acúmulo de riquezas, em larga medida, baseada na combinação de arrocho salarial, descumprimento da lei trabalhista ou até mesmo de acordos homologados pela Justiça do Trabalho. Não à toa, a reação que houve às bases desse processo, especialmente no período

¹ Ao denominar o conjunto de práticas de dominação da Cia. de Tecidos Paulista como “sistema Paulista”, que compreendia o recrutamento, a propriedade da moradia e da roça operária, a imposição de costumes, a disciplina do trabalho, a administração do município de Paulista e até o registro das carteiras profissionais, Lopes demonstra as múltiplas estratégias de controle da força de trabalho, indo além da simplificação de que apenas no espaço da produção o operário estaria submetido ao controle de um “despotismo” fabril.

abordado pela pesquisa (1945-64), não se restringiu à maior recorrência de greves em anos de expansão da atividade econômica. Para além disso, o período se caracterizou, ressaltava Marcelo Badaró Mattos, por transformações na qualidade histórica da organização e das reivindicações da classe trabalhadora carioca, em que se sobressaem as lutas por novos direitos e o elevado grau de politização, dos sentimentos de pertencimento a uma classe e de representatividade do sindicalismo (2003, 56-63).

Entretanto, se tal bagagem enriquece a história da própria economia, contribuindo efetivamente de maneira sociológica, percebe-se, em quase a totalidade das leituras referenciais do campo, que o racismo enquanto uma relação de poder intrínseca a tais comportamentos da burguesia industrial não chega a ser falado ou, quando abordado, não foi aprofundado. Em algumas passagens, é comum encontrar a expressão “mentalidade escravista” dos patrões. Mesmo assim, não se chega a discutir seriamente as possibilidades de se estar lidando com permanências ou readaptações da disciplina escravista nos modos de trabalho assalariado. Murilo Leal Pereira Neto, em *Reinvenção do trabalhismo no vulcão do inferno*, um importante trabalho de pesquisa – oral e documental – sobre os significados da cultura operária, não vê motivos para se acreditar, por exemplo, nas agitações do PCB quando se denunciava as condutas dos patrões como escravistas. Ao estudar a luta nacional contra a cláusula de assiduidade integral no início dos anos 1950 (dispositivo que permitia cortes de salário e de direitos por atrasos banais na jornada de trabalho), Neto propõe entendê-la para além do conflito jurídico. Para ele, também se tratava de um conflito de valores em que, do lado operário, se lutava “contra a desumanização dos indivíduos”. Mas, veja que interessante. Neto se questiona o que explica tanta rigidez quanto ao controle do tempo de trabalho e, portanto, de tanta desumanização imposta aos operários. Busca em Karl Marx, n’*O Capital*, uma das bases da resposta: a “avidez por mais-trabalho”. Porém, tal “avidez” não se explica por si só. Ela também se combina à costumeira falta de fiscalização do Estado; à concorrência agressiva (sobretudo entre os ramos da economia caracterizada por atraso tecnológico) e; por fim, no que ele entende como uma “falta de reação mais eficaz do operariado” (2006, 103-111). Assim, se explicaria as motivações das recorrentes tentativas arbitrárias de “roubo” dos salários e das horas de descanso. No entanto, isso também era tratado como resquícios ou até mesmo semelhança a práticas do regime de trabalho escravista. Porém, Neto vê tais tipos de denúncia mais como uma forma de agitação política do que de fato uma motivação de cunho racial para se entender, por exemplo, a “avidez por mais-trabalho” dos industriais. Ao designar uma fábrica como “escravista”, Neto vê nisso parte de uma forma de “teatralizar” a “exteriorização da revolta” para atingir objetivos específicos. Nos casos que levantou para além da luta contra a cláusula de assiduidade, pôde identificar que os trabalhadores buscavam, ao recorrer à ideia da fábrica como senzala, o fim da violação dos limites aceitáveis de exploração; intimidar os patrões a mudarem de conduta e talvez lhes obrigar a “mudar componentes de uma mentalidade de classe enraizada em um passado escravista”; e, por fim, atingir os governantes e autoridades para o problema da falta de fiscalização do Estado. Para reforçar essa ideia, recorre a outra associação bastante comum nos anos 1950-60 para as indústrias de São Paulo: “campos de concentração”. Para ele, a problematização é semelhante, pois os “campos de concentração”, em termos reais, estaria mais próximo da agitação política das denúncias laborais do que de fato de um modelo de gestão industrial que se assemelhasse ao que teria ocorrido nos campos de concentração nazistas (*Ibid.*, 144-145).

No entanto, na matéria da *Imprensa Popular* sobre as urinas esverdeadas e os problemas diversos dos operários na General Electric, o que pode ser entendido de uma maneira genérica como uma estrutura produtiva baseada na indiferença à segurança do trabalho foi abertamente tratada como racismo. Embora Neto faça o importante alerta de se tomar cautela em relação aos exageros e às ações enviesadas que a imprensa reporta, sobretudo quando de interesse político-partidário ou sindical, me incomoda menosprezar tal associação – a “senzala” – como mera agitação política num país que, é preciso reafirmar, foi por séculos um dos maiores territórios de entrada de negros escravizados das Américas. O Rio de Janeiro é uma cidade massivamente negra e mestiça. Aliás, a General Electric se localizava na Rua Vieira Fazenda, na proximidade de grandes favelas como as do Jacaré e Manguinhos, num padrão conhecido de industrialização em que a vizinhança alimentava em grande medida as fábricas dos bairros industriais, como de fato era

tal região compreendida por essas favelas. Diante disso, é de se desacreditar que o jornal do PCB estivesse tentando afetar as sensações de uma parcela negra e periférica que estaria sendo submetida às humilhações racistas da chefia branca e estrangeira? Justiça seja feita, há motivos para se desconfiar das manchetes do PCB quando tratavam condições de trabalho precárias como “modos escravistas” de produção. Em geral são bem genéricas, especialmente por não racializar os vitimados. Porém, as evidências que levanto não só reforçam o crédito desse tipo de agitação, quanto alertam, fundamentalmente, para um perigo que se constitui em nem mesmo questionar possíveis conflitos e problemas provocados pelo racismo, por mais que as fontes não contribuam muito para isso. Como bem ressalta Álvaro Pereira Nascimento, as fontes por diversas vezes ocultam a cor dos trabalhadores, porém isso não pode se tornar argumento para não incluir em nossas pesquisas sobre a sociedade brasileira a “urgente discussão” das dinâmicas dos mundos do trabalho que são afetadas pelo preconceito racial (Nascimento, 2016, 609).

Contudo, o problema não apenas reside na incapacidade de compreender o racismo para além daquilo que é invisibilizado nos documentos. Em outro trabalho de referência, chamado *Negros e brancos em São Paulo*, George Andrews questiona se esgotada a política de imigração branca e europeia nos anos 1940, as concepções racistas dos industriais, baseadas no preconceito acerca de uma suposta incapacidade do negro em se adaptar ao trabalho fabril, teriam continuado a criar obstáculos para o ingresso desse segmento da população no mercado de trabalho industrial. Ao abordar um tipo raro de documento para pesquisa (em função da precariedade de acesso por se tratar de propriedade privada na maioria das situações), Andrews pôde analisar os registros de pessoal de duas importantes fábricas do ramo metalúrgico e têxtil, que contêm dados interessantíssimos sobre raça, idade, nome completo, local de nascimento e até mesmo de observações e advertências patronais sobre os funcionários. Diante disso, conclui que, embora ainda fosse uma população marginalizada no acesso a cargos políticos e às classes médias, e concentrada, por sua vez, nos serviços domésticos, no dito setor informal e no exército de desempregados da cidade, no processo de industrialização paulista no pós-40 o abismo racial de empregabilidade não existiria mais. Ambas as firmas estudadas contrataram, de forma consistente durante os anos seguintes, uma proporção de trabalhadores negros igual ou maior que o total da população negra na cidade de São Paulo. A diferença que Andrews nota são os padrões raciais de contratação, em que os negros, na metalúrgica, prevalecem nas ocupações braçais e menos bem pagas (como na construção), enquanto na têxtil não teria distinção significativa de brancos e negros melhores posicionados na linha produtiva (1998, 158-164). No entanto, o que se vê na conclusão desses dados é o parâmetro da mobilidade social enquanto régua central para entender e combater o racismo. Esse tipo de questionamento quase que universal entre aqueles que querem enfrentar o problema racial me lembra de uma reflexão de Beatriz Nascimento. Embora “rico em dados”, tal tipo de abordagem, segundo a historiadora, pode se tornar uma “fragmentação um tanto perigosa”, pois não enfrenta o que de fato perpetua as mistificações e os estereótipos que (re)produzem o cenário de desvantagem da população negra em comparação com o bem-estar da branca (Nascimento, 2021). Isto é, se discute muito os resultados do fenômeno e não tanto as formas como ele se estrutura no tecido social. Embora a crítica de Nascimento seja em relação à sociologia dos anos 1970, continuamos até hoje tendo acesso a uma maioria de estudos que ainda retratam, consciente ou inconscientemente, a desigualdade racial como um problema do negro e não como produto patológico de ideologias forjadas pelo branco na formação social do Brasil. Para se ter noção desse problema, retornemos a Andrews. Embora tenha identificado vantagens dos brancos, o autor argumenta que em relação à exploração no trabalho não teria havido diferenças substanciais da também vivida pelos colegas negros. Estivessem melhor localizados em trabalhos especializados ou não, brancos e negros foram sancionados sob o mesmo rótulo: “incapacidade para exercer o cargo”. No entanto, quando Andrews cita o que os industriais entendiam costumeiramente como “incapacidade para exercer o cargo” entre brancos e negros, o resultado é impressionante. Na metalúrgica, os brancos costumaram ser mais sancionados por negligência no trabalho e em violações gerais do horário (como atrasos, sair cedo e ficar mais tempo no horário do almoço). Além disso, os dados levantados teriam indicado que, ao contrário dos colegas negros, os brancos costumavam ter uma lista de sanções mais diversa. Entre negros, a insubordinação e o chamado “desrespeito às autoridades” lideravam a lista de transgressões, seguidos pela

negligência (op.cit., 175-176). Diante de tal argumento, dou mais razão à crítica de Beatriz Nascimento. Na frente de uma riqueza de informações, Andrews considerou similar uma amostra de exploração do trabalho em que se indica com força o relativo privilégio racial de operários brancos. Estes, como reação à exploração, se sentiam com mais estima para transgredir uma variedade de normas na fábrica; enquanto, por outro, vemos um cenário distinto para o contingente negro da classe. Talvez por vivenciar um tipo de trabalho mais duro – e, por que não mais desumano? –, operários negros teriam reagido de maneiras mais explosivas e, de forma contraditória, mais submissa, provavelmente por estar mais vulnerável a demissões. Portanto, no que se refere a raça e racismo, o problema não está só na ausência da identificação das relações raciais, mas também na necessidade de revisitar as teorias e pensarem novas que possibilitem criar sensibilidades para se perceber tensões raciais que, num plano imediato, não está expressamente manifesto, mas que, se aprofundado, pode revelar uma estrutura bem especificamente desumana de exploração do trabalho e de acúmulo de riquezas.

2. Xenofobia, cultura escravista e uma multidão de pretos, mestiços e favelados: um ensaio sobre o racismo industrial carioca

Em primeiro lugar, o fundamento da ausência ou da atribuição pejorativa à população negra na produção do conhecimento acadêmico e científico está na omissão ou mesmo na falta de compreensão do racismo como uma estrutura de poder que molda relações internacionais e a distribuição social da riqueza, das oportunidades, dos direitos e deveres. Como bem ressalta Charles Mills, se o homem branco é o modelo psicológico e símbolo da intervenção da Humanidade na natureza, isso pressupõe impactos nas relações do sistema jurídico, da política, da economia, nos mundos do trabalho, no cotidiano social, na cultura, enfim, em tudo em que “o *status* dos brancos e não-brancos é claramente demarcado, seja pela lei ou pelos costumes”:

One could say then, as a general rule, that white misunderstanding, misrepresentation, evasion, and self-deception on matters related to race are among the most pervasive mental phenomena of the past few hundred years, a cognitive and moral economy psychically required for conquest, colonization, and enslavement. And these phenomena are in no way accidental, but prescribed by the terms of the Racial Contract, which requires a certain schedule of structured blindnesses and opacities in order to establish and maintain the white polity (Mills, 2017, 19).

Mills, portanto, nos impele a pensar menos no negro enquanto problema e mais na branquitude (*whiteness*) como a fonte dessas relações sociais e de poder problemáticas. Porém, como é da sofisticação do pensamento de Mills, ele chama atenção para a forma como a branquitude opera, em grande medida, como um fenômeno cultural e de ordem psicológica (*Ibid.*, p. 14). Em geral aos brancos, o racismo se manifesta de maneira mais concreta através de comportamentos abertamente supremacistas. Entretanto, o racismo também é poder *informal*, que atinge dimensões cognitivas e culturais, quase sempre não problematizadas pelos brancos, que se omitem ou mesmo não as compreendem. Portanto, não são somente leis de apartheid, mas também projeções aparentemente triviais do cotidiano que reproduzem o esforço constante de alienação e marginalização a qual há séculos a negritude sofre e os brancos se favorecem. Ou, para ser mais específico, desde a internacionalização da economia mundial por meio da expansão da colonização europeia a partir do século XV. Assim como Mills entende que isto não é acidental, Grada Kilomba também aponta, através da abordagem de traumas negros, como os estigmas que lhes atribuem projeções consideradas indesejadas pela psiquê da branquitude (como a violência selvagem, a irracionalidade, a servilidade, a imoralidade sexual ou o crime) são atribuídos às pessoas negras no inconsciente coletivo e, portanto, na cultura de sociedades racistas (2019, 37-40). Essa constatação epistemológica não é secundária, pois, como um psicólogo e revolucionário

anticolonialista como Frantz Fanon já ressaltou, a desalienação da negritude se combina com a busca pela emancipação de realidades socioeconômicas tecidas pela “epidermização da inferioridade” (Fanon, 2008, 28).

Se tratando de Brasil, a cultura racista que aqui permeia também se insere nesse campo de violência e negação da cidadania que o pensamento negro internacional discute acerca dos privilégios da branquitude para muito além da mera ocupação na divisão social do trabalho. Em *Uma trajetória: da escravidão à marginalização*, a crítica de Clóvis Moura à hipocrisia do mito da democracia racial, muito profundo na época em que escreveu esse texto, é crucial para se entender o Brasil. Ao compreender o racismo enquanto fenômeno ideológico, Moura aponta a manifestação, nas mais diversas gradações, da imagem do negro como um “mau cidadão”, o que fundamentaria todo o quadro de discriminação e de medidas restritivas no comportamento da sociedade brasileira no momento de dificultar ou frustrar “a ascensão das camadas negras e mestiças no atual sistema de estratificação”. De uma maneira específica, Clóvis Moura está falando dos estereótipos associados a cor da pele que (re)produzem os locais específicos imaginados pelos brancos para negros ocuparem. Nesse sentido, cita como demonstrações duas interessantes pesquisas, uma com centenas de estudantes brancos de Florianópolis nos anos 1970 e outra produzida pela Sociedade Nacional de Agricultura nos anos 1920. Embora os objetivos fossem distintos, as duas pesquisas têm em comum resultados sobre quais eram as percepções dos entrevistados em relação ao homem negro retinto e mestiço. Resumidamente, tanto numa quanto na outra as percepções, baseadas em diversos estereótipos, foram bastante negativas. Entre os estudantes, as atribuições mais usadas para referenciar negros retintos foram da alcunha de “malcheirosos e sujos”; “macumbeiros”; “feios”; “serviçais”; “cachaceiros”; e “ignorantes”. Numa menor medida, lhes designavam como “vingativos”, “desordeiros” e “preguiçosos”. Em relação aos negros de pele clara (pardos ou “mulato”, como usa o autor), foram mais vistos como “falsos”, “malandros”, “desordeiros/vingativos”, “ignorantes” e “desconfiados”. Semelhantes resultados foram obtidos nas justificativas dos membros da classe dominante rural. Quando discutiam, nos anos 1920, a possibilidade de empregar imigrantes negros, a maioria das negativas foi baseada em estereótipos desqualificadores que associavam o negro a uma espécie de mau trabalhador por se supor que a negritude seria caracterizada pela suscetibilidade à indolência, ao alcoolismo e a criminalidade (2017, 61-63). Nessas enquetes citadas por Clóvis Moura, que compreende um espaço de tempo entre praticamente o início até meados do século XX, percebe-se a persistência de projeções na cultura brasileira associando, a grosso modo, a população masculina negra (mas, que, a meu ver, pode ser ampliado) como um objeto animalesco por não ter intelecto e o modelo de beleza hegemônico e que, portanto, existiria apenas como “serviçal”, mas que precisaria de um trato mais duro por ser suscetível às mais variadas formas de “corpo mole”, como ser preguiçoso, malandro, boêmio e até suspeito a todo momento de cometer um crime. Retornemos ao caso da General Electric. Não se percebe elementos desse quadro de projeções esboçado na denúncia? O jornal do PCB destaca não só a exploração exaustiva e nociva que os negros da multinacional sentiam quando impostos os ritmos e as condições de trabalho pela chefia branca, mas o quanto se sentiam revoltados por não terem oportunidade de ascensão social na empresa e, ainda por cima, ter que ensinar aos próprios chefes recém-contratados a técnica produtiva. Ou seja, estariam mais preparados intelectual e tecnicamente que os brancos sem experiência que chegavam. Aliás, existem denúncias semelhantes a essa ocorrida na General Electric, embora a situação de racismo não esteja enunciada abertamente. Nesse sentido, creio que as matérias denunciando a xenofobia dos industriais seja um caminho interessante para inicialmente refletirmos sobre o racismo não apenas como um mero organizador de ocupações na hierarquia do trabalho, mas também como operador da exploração desmedida de operárias e operários.

Numa reportagem sobre ilegalidades cometidas pela Cia. Cervejaria Brahma, em abril de 1951, delegados sindicais e prováveis militantes do PCB amplificaram a ciência compartilhada entre os operários de que ali brasileiro não tinha chances de alçar voos até o quadro gerencial. Pelo contrário, o que estaria ocorrendo era a substituição gradual de mestres e contramestres brasileiros por congêneres alemães, assim como os proprietários da fábrica. Mas, por que os industriais estariam importando dos seus para organizar a linha de produção de suas filiais no Rio? As próprias fontes do PCB respondem: para “melhor explorar os

trabalhadores”. De acordo com os operários da Brahma, seus donos compartilhariam de um preconceito fundado na suposição de que brasileiro não teria a “energia necessária para comandar nenhum trabalhador” (*Imprensa Popular*, 1951, 5). Se há registros de industriais europeus afirmando que brasileiro não teria “energia” para comandar uma fábrica, os congêneres nativos não pensavam diferente. Em abril de 1951, impressionados com o “capachismo” do sr. Leão, como era chamado o chefe da Fábrica Confiança, uma das maiores têxteis da cidade, operários de comissão disseram que ele foi procurar nos EUA o sujeito conhecido como “Edson”, que em pouco tempo se tornou uma das maiores dores de cabeça dos tecelões. De acordo com a denúncia, Edson estaria pretendendo construir um muro entre as seções produtivas para evitar que os tecelões tivessem as mínimas relações de sociabilidade, além de intimidá-los constantemente com sua arma à vista de todos. Tal conjunto de opressão e terrorismo seria para que os tecelões focassem integralmente no aumento exaustivo da produtividade (*Imprensa Popular*, 1951, 1).

No entanto, o volume de denúncias desse tipo também apresenta um padrão de contratação da chefia no pós-guerra que, embora caracterizado pela semelhança étnico-racial com os proprietários, possuía uma conotação política de possível associação e solidariedade com antigos colaboradores de regimes sob domínio do Eixo. Ou seja, do nazifascismo. Na Standard Electric, uma das maiores empresas de material elétrico na cidade, em janeiro de 1955, de acordo com denúncias do PCB, o núcleo da administração estaria sendo montado entre “fugidos” de “democracias populares”. Isto é, de brancos de países que haviam sido ocupados pela União Soviética no Leste Europeu (além de alguns que teriam vindo também da China, especialmente do bloco contrarrevolucionário derrotado pelos comunistas em 1949). As mudanças mais sentidas com a vinda desse pessoal foram o aumento da exaustão no trabalho e das perseguições para forjar demissões fúteis afim de não cumprir os direitos adquiridos com carteira assinada (*Imprensa Popular*, 1955, 8). Em outra denúncia, também de 1955, porém na maior têxtil da cidade, a Fábrica Bangu, a contratação de europeus brancos (no caso, um chefe tcheco acusado de ter sido colaborador nazista pelo PCB) também esteve associada ao agravamento do esgotamento físico de muitos tecelões, provocado pelas metas desumanas de produtividade, geralmente a custo do horário do almoço e da jornada para além das 8hs (*Imprensa Popular*, 1955, 6).

Entretanto, se xenofobia era algo que restringia a ascensão de brasileiros a melhores postos e incrementava denúncias de condições degradantes de trabalho, ela também provocou situações tensas de acirramento dos conflitos de classe. Em julho de 1951, num contexto de recrudescimento de campanhas por reajustes salariais, o *Última Hora*, jornal de orientação nacionalista, realizou uma reportagem especial com tecelões da Mavilis-Bonfim. No caso em específico, se tratava de intransigência patronal de fortes conotações de hostilidade xenófoba que transbordou à opinião pública. Álvaro Batista, ativista da fábrica, denunciou que desde 1949 um gerente “de nacionalidade inglesa” não só recorrentemente se negava a ouvir os apelos das comissões – pois, não queria se rebaixar a atender brasileiros – quanto teria articulado com a polícia a tortura de alguns delegados das comissões negociadoras:

Suas reclamações são também contra o gerente, de nacionalidade inglesa, que “não dá a menor confiança para os brasileiros”.

– Bate-nos com a porta na cara, quando o procuramos. Protestamos, chama a Rádio-Patrolha. Vamos aos jornais, dizem que é mentira o que relatamos. O homem que trabalha é sempre o mentiroso. Nós somos... (*Última Hora*, 1951, 8).

Contudo, nesses documentos os trabalhadores não estão racializados, o que me faz recorrer ao cruzamento de dados. Não tive acesso – ou mesmo ciência – aos registros profissionais. Por sua vez, os censos da época são insuficientes em mapear a população negra nos mundos do trabalho. Portanto, tive que garimpar, no bom sentido, informações sobre cor e moradia nas denúncias trabalhistas; nas colunas policiais; e nas reportagens sobre os constantes incêndios que ocorriam nas fábricas da cidade. Foram nas micro-histórias contidas nesses documentos que juntei o máximo de informações acerca do perfil social da classe. Diante disso, o que mais me chamou a atenção é o alto índice de estrangeiros que ocuparam gerências e chefias

de seções produtivas, sobretudo ingleses, alemães, estadunidenses, franceses e italianos. Aliás, foi apenas na identificação desses estrangeiros que pude contabilizar, em geral, o perfil racial dos controladores fabris. Brasileiros também foram empregados nesse círculo de trabalhadores, mas não consegui obter dados sobre seus perfis raciais, pois apenas ser definido como brasileiro, ao contrário dos estrangeiros, não diz nada sobre a cor da pele, tendo em vista nossa profunda mestiçagem. Por outro lado, minha pequena demonstração indica que, resumidamente, a classe operária estabelecida nas indústrias cariocas durante a IV República era multirracial, embora majoritariamente negra e mestiça. Ao cruzarmos esses dados com as situações de xenofobia, temos o resultado que nos impele a pensar que, embora também pudesse estar sendo motivada contra brancos da classe, a projeção desse conjunto de preconceitos e violências se dava, fundamentalmente, diante de uma multidão negra. Outro dado muito importante para agregar é o de moradia. Segundo pôde-se identificar com dados levantados de forma exclusiva na imprensa, 68 % dos operários registrados teriam morado no mesmo bairro ou em outros próximos ao endereço das respectivas fábricas onde trabalhavam. Embora não se deva generalizar tal condição habitacional (pois, cerca de um terço foram registrados enquanto moradores de bairros distantes), pode-se levar em conta que, pelo menos durante o período da IV República, nos arredores das zonas fabris do Rio se estabelecia as residências da comunidade operária. Contudo, inseridos nesse processo, estavam os moradores dos morros e favelas que também circundavam algumas das principais fábricas da cidade. Na Fábrica Confiança, do temido “sr. Leão”, embora muitos de seus tecelões morassem nas vilas operárias pertencentes à própria empresa, que se localizava na R. Maxwell, em Vila Isabel, uma parcela significativa morava no morro bem próximo, o da Mangueira, território negro por excelência.



Fonte: comissão de tecelãs e tecelões da Fábrica Confiança na redação do jornal denunciando diversas infrações aos direitos dos colegas. *Imprensa Popular*. RJ, 17/3/1957, p. 2.

Outra grande têxtil citada nos casos de xenofobia, a Mavillis-Bonfim, se situava na zona portuária do Caju, nas proximidades das favelas que se estabeleciam na Avenida Brasil na época, especialmente da Favela do Arará e de outra que não consegui localizar atualmente, chamada Morro da Quinta do Caju. Foi nessas favelas que se registrou, na imprensa, a maioria dos endereços dos operários da fábrica.



Fonte: delegadas da Mavilis-Bonfim na Conferência Mundial de Mulheres. *Imprensa Popular*. RJ, 3/4/1953, p. 4.



Fonte: meninos da Mavillis-Bonfim posando para reportagem sobre as condições de trabalho dos menores na fábrica. *Tribuna Popular*. RJ, 31/5/1947, p. 8.

Por sua vez, na Cia. Cervejaria Brahma, os endereços registrados de seus operários indicam uma parcela expressiva de moradores de regiões que, na época, não somente se situavam nas proximidades da cervejaria, no Centro, quanto também eram mais favelizadas ou marcadas por ter um núcleo negro histórico como

residente dos locais. Nesse sentido, muitos teriam morado na Cidade Nova (na altura do que hoje é o Sambódromo) e na ladeira da Saúde (na zona portuária antigamente conhecida como “Pequena África”). Levando-se em conta que a grande maioria da população de favelas era (e ainda é) negra, é de convir que o dado do território seja de crucial importância para mapear a presença da negritude na formação e na exploração do trabalho².



Fonte: líderes de comissão denunciando as demissões em massa ocorridas na Cia. Cervejaria Brahma. *Tribuna Popular*. RJ, 16/4/1946, p. 4.

Por fim, gostaria de pontuar mais um caminho metodológico de suma importância e que se relaciona, através da abordagem antropológica, à dimensão das continuidades históricas da formação cultural escravista. Para nos auxiliar nessa empreitada, julgo imprescindível as leituras de Lelia Gonzalez, sobretudo do texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Numa abordagem que hoje chamamos comumente de interseccional, e desde a perspectiva da experiência feminina, Gonzalez ressalta continuidades revoltantes forjadas durante séculos de escravidão, que embora readaptadas, persistem na formação cultural da sociedade brasileira. Ou melhor, na formação da “neurose cultural brasileira”, que insiste em projetar na mulher negra a imagem da serviçal em todas as dimensões da vida social, como ser naturalmente feita para as tarefas domésticas (a “mucama”), ao cuidado dos filhos de todos, até dos brancos (a “mãe preta”) e para a satisfação sexual da sociedade em geral (como nos tempos dos assédios dos senhores e de sua prole masculina). Como se vê na reflexão de Mills, esse fenômeno não é acidental, pois é partir dele que se produz a inserção específica e desigual desse segmento da população em todas as dimensões das relações sociais, sobretudo nos mundos do trabalho. Pode-se até discutir outros estigmas impostos pela branquitude, mas o que é importante da reflexão de Gonzalez é como a cultura brasileira, contraditória por negar publicamente a discriminação racial, reserva psicologicamente à mulher negra, através de rejeições e integrações, os papéis tradicionalmente conhecidos como cozinheiras, faxineiras ou de serventes de qualquer tipo (Gonzalez, 2019).

² Porém, cabe ressaltar a realidade transformada pela migração nordestina nos territórios periféricos do Sudeste. Por esse motivo reforça-se a apresentação das imagens na imprensa para indicarmos, em realidade, a existência de um forte núcleo negro de moradores, e não a generalização da cor da pele dos residentes de favela no Rio de Janeiro.

Posto isso, vejamos alguns casos que, num plano imediato, poderiam ser entendidos genericamente como situações de irregularidades da lei trabalhista, uma simples “avidez por mais-trabalho”, mas que, no íntimo, podem ser interpretadas como práticas costumeiras da cultura brasileira contra a mulher negra.

Em outubro de 1956, na Fábrica Aymoré, subsidiária do Moinho Inglês e a maior do ramo de massas na cidade, 14 operárias foram suspensas por 3 dias ao se recusarem a fazer serviço extra não-remunerado de limpeza das máquinas e das seções da fábrica. Importante destacar que a companhia empregava faxineiras. Porém, o “Seu Mendes”, gerente da fábrica, insistia em forçar as operárias a exercerem funções que não estavam registradas em suas carteiras de trabalho. Organizadas sindicalmente, recorreram ao sindicato para exigir o fim desse costume que afetava todas as colegas (*Imprensa Popular*, 1956, 6). A Aymoré, do Moinho Inglês, é a mesma fábrica do início do texto que empregava praticamente só jovens negras, mas que costumeiramente eram tratadas como “negrinhas do morro”. Tal prática imposta por industriais e suas respectivas chefias se encontra em outros casos também, em geral nos setores têxtil e de massas, coincidentemente os ramos fabris com alta densidade de negras e negros empregados entre a força de trabalho.



Fonte: tecelãs do Moinho Inglês sendo entrevistadas durante reportagem sobre preparação de assembleias para campanha salarial. *Imprensa Popular*. RJ, 14/9/1951, p. 5.



Fonte: repórter (branca à direita) entrevistando liderança das tecelãs do Moinho Inglês durante organização contra o corte de salários. *Novos Rumos*. RJ, 12 a 18/2/1960, p. 5.



Fonte: operários da seção de moagem de trigo do Moinho Inglês enquanto comiam nos arredores da fábrica. *Tribuna Popular*. RJ, 4/5/1946, p. 8.



Fonte: jovens do Moinho Inglês, mas da seção de tecelagem, quando saíam para a hora do almoço. *Imprensa Popular*. RJ, 27/11/1952, p. 6.

No entanto, isso provocava revolta nas operárias. Inclusive, foi por conta de uma reação massiva contra tal prática sexista que uma greve geral explodiu em fevereiro de 1954. Numa sucessão de paralisações na indústria de alimentação, que se iniciou com os operários das fábricas de bebidas em janeiro daquele ano, um mês depois os operários do Moinho Guanabara precipitaram o fim da paciência de toda uma categoria, envolvendo-a numa greve geral. Porém, o interessante da precipitação está na iniciativa de operárias das seções de empacotamento de massas do moinho. Ali, como no caso citado do Moinho Inglês anteriormente, elas perderam a paciência de vez quando não aceitariam mais ser tratadas de forma desigual em relação aos seus colegas homens (que, me parece, estariam concentrados, em geral, nas seções de moagem

e empacotamento dos pesados sacos de trigo). Como retaliação, a empresa demitiu dezenas dessas operárias, precipitando, portanto, a generalização da greve entre as diversas faixas etárias e gêneros da categoria moageira. À *Imprensa Popular*, duas das demitidas, Elsa Vasconcelos e Maria de Lourdes, explicaram que o motivo do trato desigual estava na sobreposição de funções que estavam relacionadas aos serviços de tipo doméstico. Contudo, muitas, mesmo podendo receber extras, não queriam trabalhar mais. Apenas exigiam que fosse respeitado o que se inscrevia no contrato de trabalho. Porém, quem não desempenhasse os trabalhos domésticos exigidos pela chefia poderia acabar sendo demitida:

TRATADAS COMO ANIMAIS

Duas das operárias despedidas, Maria de Lourdes e Elsa Vasconcelos, há mais de vinte dias se encontravam enfermas. A primeira sofrera distorção muscular ao levantar uma caixa de macarrão pesado para suas forças, e que os patrões a obrigaram a executar. A segunda vinha de há muito apresentando visíveis sintomas de esgotamento. Nossas condições é que foram impiedosamente lançadas ao desemprego.

No Moinho Guanabara as operárias são tratadas como verdadeiros animais de carga. Na “seção de massas” são frequentemente mandadas lavar banheiros, limpar as máquinas, fazer a faxina nas salas de trabalho. Quando falta uma cozinheira é uma operária que vai substituí-la. A que se recusar a fazer qualquer desses trabalhos, que nada tem a ver com o seu serviço normal, fica sob ameaça de dispensa sumária (*Imprensa Popular*, 1954, 6).

Embora a denúncia destaque o papel de gênero no cerne das motivações de revolta, dados agregados de outro conjunto de informações pode nos revelar uma situação mais ampla. Isto é, de que não se trata apenas de uma prática patronal sexista, mas sexista e racista. Para começar, retomemos dados cruzados como o endereço da fábrica e a cor de demonstrações do conjunto dos empregados. Por mais que meu levantamento não tenha registrado endereço de operários do Moinho Guanabara, acredito que o padrão habitacional dos operários da fábrica não saiu da linha adotada pelas congêneres, consistindo em empregar, em grande medida, trabalhadores das favelas, morros e subúrbios do entorno da zona portuária da cidade. O Moinho Guanabara se estabelecia em São Cristóvão, na altura do Caju.



Fonte: crianças e jovens operários do Moinho Guanabara nos arredores da fábrica. *Imprensa Popular*. RJ, 21/8/1952, p. 6.

Diante desse cruzamento de dados com os pilares da formação cultural do Brasil, ainda dá para enxergarmos que nesses casos apenas ocorre um tipo de despotismo fabril genérico, sem levar em conta prováveis abusos patronais de cunho racista?

3. Considerações finais

A pesquisa ainda conta com debilidades empíricas diretamente relacionadas às empresas, como o desafiante acesso aos estimados registros profissionais (se é que estão preservados) e a dados estatísticos que possam indicar com segurança (ou não) o quadro hipotético que trago à luz a partir de registros fragmentários. Também conta como debilidade um maior diálogo e debate com pesquisas que já abordaram, com mais recorrência inclusive, a temática do racismo nos mundos do trabalho no pós-abolição e início do século XX. Apesar disso, creio que a pesquisa se constitui como ferramenta reflexiva sobre o papel das tensões raciais na reprodução das oportunidades, das condições e dos ritmos de trabalho. Assim, levanta-se a consideração de que na história da economia industrial do Rio de Janeiro, para além da riqueza estar concentrada nas mãos de poucas famílias proprietárias brancas, elas teriam estimulado uma barreira nacional e racial de privilégios e diferenciação que teria sido fundamental para organizar a exploração desmedida da massa operária, em geral negra e mestiça. As recorrentes denúncias destacando as violências de chefias com suspeitas de colaboração com o nazifascismo acende ainda mais esse alerta. Portanto, é de se notar a complexidade das explorações fabris ocorridas no Rio durante o século XX, em que a condição negra nesse processo ocorreu de maneira diferenciada e determinou suas formas de reação específicas ao racismo estrutural dos industriais (pois, pelo que se vê, resistência houve aos critérios racistas, sexistas e xenófobos dos patrões). Isso, inclusive, pode enriquecer a própria história do movimento operário, ainda em larga medida imaginado como produto de brancos metalúrgicos.

Por outro lado, também se esboça neste ensaio uma crítica à elaboração do saber histórico euro-americano.

Através de nomes pouco lidos e conhecidos pela academia brasileira, como Charles Mills, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez e Clóvis Moura (mais conhecidos e estimulados pelo movimento negro), vejo que se torna necessário que revisitemos nossas próprias ferramentas teórico-metodológicas a fim de compreender dinâmicas sociais do nosso passado que, embora tenham seus pontos de conexão internacionais são, por sua vez, bastante específicas e distintas das realidades das potências ocidentais. Embora nessas sociedades o racismo também seja uma forma de relação de poder, no Brasil ele ocorreu de maneira distinta. Isso significa que, para a história de uma sociedade multirracial formada pela escravidão e pelo colonialismo europeu, mas que não necessariamente passou por algo semelhante ao apartheid (embora possamos discutir violações de direitos baseado na cor da pele), é necessário que passemos a refletir pressupostos teórico-metodológicos próprios e que perpassem o volume de reflexão do pensamento negro brasileiro e internacional.

4. Fontes

- “Regime de senzala na General Electric”. *Imprensa Popular*. RJ, 20/2/1951, p. 3.
1. “Na Fábrica Confiança um capataz trabalha de revólver na cintura”. *Imprensa Popular*. RJ, 7/4/1951, p. 1.
- “Infestada de nazistas a Cervejaria Brahma”. *Imprensa Popular*. RJ, 14/4/1951, p. 5.
- “No Moinho Inglês pais de família ganhando salários de 26 cruzeiros”. *Imprensa Popular*. RJ, 14/9/1951, p. 5.
- “365 dias de trabalho, sem folga, para os operários”. *Imprensa Popular*. RJ, 21/8/1952, p. 6.
- “No Moinho Inglês descontam 200 cruzeiros por um minuto de atraso”. *Imprensa Popular*. RJ, 27/11/1952, p. 6.
- “No Congresso Mundial de Copenhague lutarão as têxteis em defesa dos direitos da mulher operária”. *Imprensa Popular*. RJ, 3/4/1953, p. 4.
- “Tratados como animais de carga os operários do Moinho Guanabara”. *Imprensa Popular*. RJ, 10/2/1954, p. 6.
- “Na Standard Electric ninguém completa um ano de trabalho”. *Imprensa Popular*. RJ, 9/1/1955, p. 8.
- “Na Bangu as mulheres trabalham oito horas diárias sem intervalo”. *Imprensa Popular*. RJ, 3/4/1955, p. 6.
- “Suspensões absurdas de operárias na Aymoré”. *Imprensa Popular*. RJ, 5/10/1956, p. 6.
- “Se não for pagos salários os trabalhadores da Confiança cruzarão os braços terça-feira”. *Imprensa Popular*. RJ, 17/3/1957, p. 2.
- “Operários cariocas passam dificuldades”. *Imprensa Popular*. RJ, 10/9/1957, p. 1.
- “Tecelãs do Moinho Inglês recusam trabalho forçado”. *Novos Rumos*. RJ, 12 a 18/2/1960, p. 5.
- “Demitidos em massa os operários da cervejaria Brahma”. *Tribuna Popular*. RJ, 16/4/1946, p. 4.
- “Na fortaleza estrangeira do trigo”. *Tribuna Popular*. RJ, 4/5/1946, p. 8.
- “Querem sair da miséria os trabalhadores do Moinho Inglês”. *Tribuna Popular*. RJ, 15/3/1947, p. 5.
- “Exploração da juventude operária na fábrica de tecidos Mavilis”. *Tribuna Popular*. RJ, 31/5/1947, p. 8.
- “Clamam os tecelões por melhor salário”. *Última Hora*. RJ, 23/7/1951, p. 8.
- As fotografias e periódicos estão disponíveis no acervo digitalizado da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

5. Referências Bibliográficas

ANDREWS, George. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FILHO, Almir Pita Freitas. “História Econômica e História de Empresa: algumas reflexões metodológicas”. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 10(1), pp. 168-177, 1989.
- GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOBO, Eulália L. “História Empresarial”. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade dos chaminés”*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- MATTOS, Marcelo Badaró (et. al.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.
- MILLS, Charles. *The racial contract*. Nova York: Cornell University, 2017.
- MOURA, Clóvis. *Uma trajetória: da escravidão à marginalização*. São Paulo: Dandara, 2017.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o paradigma da ausência: contribuições à história social do trabalho no Brasil”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n° 59, pp. 607-626, setembro-dezembro 2016.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NETO, Murilo Leal Pereira. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”*. Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Vol. I. São Paulo: Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 2006.